

LÉLIA GONZALEZ E OUTRAS MULHERES: PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO, ANTIRRACISMO E ANTISSEXISMO

*Elizabeth do Espírito Santo Viana*¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

O presente artigo trata da construção do feminismo negro no Brasil entre as décadas 1970 e 1980. Para isso, tomamos a intelectual e ativista Lélia Gonzalez como condutora dessa reflexão. No passado recente, era chamado (e a ainda o fazemos) de Movimento de Mulheres Negras. Registramos também o protagonismo de algumas dessas antecessoras, sem, contudo, invisibilizar as não-negras na história do feminismo no Brasil. O que trazemos à luz é o papel de destaque de intelectuais como Lélia e Beatriz Nascimento na luta antirracista e antissexista no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave

Feminismo Negro; Movimento de Mulheres Negras; Lélia Gonzalez; Memória; Relações Raciais; Sexismo.

Lélia Gonzalez e outras mulheres: black feminist thought, anti-racism and anti-sexism

Abstract

The following article aims at giving an overview of the work of setting-up the Black Feminism Movement in Brazil between the decades 1970 and 1980. In order to describe it, we have as basis the work developed by Lelia Gonzalez as the main interlocutor of this reflective work. In the recent Past (and up to now) we used to call the movement as the Movement of Black Women, when we gave note to some of the first women to be part of the leadership. The fact that we called Black women did not exclude the non-blacks from the History of feminism in Brazil. In this work, we give rise to the role of academics like Lélia and Beatriz Nascimento in the anti-racist and anti-sexist struggle in contemporary Brazil.

Key words

Black Feminism; Movement of Black Women; Lélia Gonzalez; Memory; Racial relationship; Sexism.

1 Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente é assistente parlamentar da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Atua principalmente nos seguintes temas: Gênero, Lélia Gonzalez, Memória, Movimentos sociais, Relações raciais. E-mail: bethviana@hotmail.com



Lelia González y otras mujeres: el pensamiento feminista negro: lucha contra el racismo y la lucha contra el sexismo

Resumen

Este artículo incluye la construcción del feminismo negro en Brasil entre las décadas de 1970 y 1980. Para esto, tomamos la intelectual y activista González Lelia como directora de esta reflexión. En el pasado reciente hemos llamado (y todavía lo hacen) Movimiento Negro de la Mujer. Reconocemos también el papel de algunos de estos predecesores, sin adscripción a las otras mujeres en la historia del feminismo en Brasil. Lo que nosotros traemos a la luz es el importante papel de las intelectuales como Lelia y Beatriz Nascimento en la lucha contra el racismo y el sexismo en Brasil contemporáneo.

Palabras claves

Feminismo negro; Movimiento de mujeres negras; Lélia González; memória; relación racial; sexismo.

Lélia Gonzales et d'autres femmes :pensées de féminisme noire, antiracisme et anti sexisme

Resume

Traiter le récent article de contempler la construction du féminisme noire au Brésil entre les décades 1970 et 1980 .Pour ça , on a pris comme exemple l'intectuel et ativiste Lélia Gonzales comme la conductrice de cette réflexion .Au Passée d'avant on l'appellait de et on le fait encontre)Mouvement des femmes noires .On a regsitré auissi le protagonisme de quelques unes des antecessrices cependant invisibilizer les non noire dans l'histoire du féminisme au Brésil . ce qu'on mets á present et le papier de destque des intectuels comme Lélia et Beatriz Nascimento dans la lutte anti raciste et anti sexiste au Brésil contemporain

Mots clés

Le féminisme noir; Moviment des femmes noirs; Lélia Gonzalez; mémoire; rapport racial; sexisme.



[...] por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue e muitas vezes, nós o sabemos) domesticar. E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 1983, p. 225).

Mas a LUTA CONTINUA. Seja o que os Orixás desejarem. Axé! (Hermógenes Almeida, 1984, p. 59).

Somos sim / Negros brilhantes / Como ouro / Contra as trevas / Do racismo louco
(Hermógenes Almeida e Rocha, 1993)

No II Copene – *De preto a afrodescendente: a pesquisa sobre relações étnico- raciais no Brasil* –, onde foi constituída a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Flávio Gomes e eu apresentamos resultados iniciais de duas pesquisas: as trajetórias intelectuais de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, com o objetivo de tirar esses personagens da *invisibilidade*, articulando seus cenários e suas ideias (Gomes e Viana, 2003, p. 69). No presente artigo, contemplo a solicitação do V Copene – *Pensamento Negro e antirracismo diferenciações e percursos* –, articulando a mesa redonda *Pensamento feminista negro: antirracismo e antissexismo* com o pensamento da intelectual e ativista Lélia de Almeida Gonzalez. Sua trajetória e parte de sua obra foram meus objetos de estudo na dissertação – *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez* –, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Comparada, no IFCS/UFRJ, sob a orientação do prof. dr. Flávio Gomes, em 2006. Antes de fazer esse recorte, darei dois exemplos, entre vários possíveis, que demonstrarão como as reflexões e as ideias da intelectual e ativista Lélia Gonzalez ainda são pertinentes.

O primeiro é o artigo “Marias e Antonias – um convite ao diálogo com o feminismo negro!”, de Gláucia Matos Adeníké. É uma reflexão sobre sua vivência como delegada na II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres em São Paulo, realizada no período de 11 a 13 de julho de 2007. Na sua narrativa, a vice-presidente da Fala Preta!, entre outras questões, destaca a contribuição do feminismo na “superação das desigualdades entre homens e mulheres”, na promoção de “auto-estima da mulher” e na sua influência positiva na “vida das mulheres negras no Brasil e no mundo”, entretanto, como feminista negra, não deixa de observar e denunciar que as “demandas” das mulheres negras e a “pauta de reivindicação” das feministas negras não são incorporadas pelo “discurso majoritário”, uma vez que as últimas “têm ensinamentos e conhecimentos disponibilizados e construídos historicamente”. Uma crítica recorrente ao movimento feminista. O segundo corresponde à formatura, em 13 de maio de 2008,² da primeira turma da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (UniPalmares), motivo de satisfação e de orgulho não só para os formandos, seus familiares e os gestores, mas também para uma parcela da população e setores expressivos do movimento negro e ativistas antirracistas. Personalidades e autoridades participaram, até mesmo o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a primeira senadora negra e naquela ocasião secretária de Estado, Benedita da Silva. Parabéns a todos, faço questão de frisar.

2 Ginásio do Ibirapuera, São Paulo, 126 formandos, sendo 110 negros.

Para uma feminista negra como eu, porém, já assumindo um determinado lugar, foi um estranhamento assistir nesta efemeridade um show de mulatas comandado por não menos que uma descendente de Sargentelli.³ Expus o fato numa lista de discussão, o que gerou um debate acalorado entre alguns membros da lista, homens e mulheres, em sua maioria, negros. Para uns não passou de uma “gafe” ou “vacilo”; para outros, algo “deprimente” a ponto de se sentirem “enojados”. Até aí, sendo tolerantes, podemos considerar que eram pontos de vistas divergentes. Mas os argumentos contrários à crítica trouxeram à luz “velhos” preconceitos contra as feministas, o que motivou a autoexclusão da lista de uma renomada militante e feminista negra e de sua instituição, – pois, pelo que parecia, somente as feministas se sentiram “abaladas”, como ironicamente minimizou e simplificou um também renomado ativista.

Esses fatos evidenciam como o dialogo com as feministas não negras e com o homem negro continuam, com o primeiro, distante e parcial e, com o segundo, para alguns, tenso e machista. Nesse sentido, atentas a proposta e seus limites nesta comunicação, ativemo-nos principalmente ao primórdio da construção do que hoje nomeamos como *feminismo negro*, no passado *Movimento de Mulheres Negras*. O cenário é o Rio de Janeiro entre as décadas 1970 e 1990 e nele seremos conduzidos por Lélia Gonzalez.

Lélia, Beatriz...

Para ela, o movimento negro contemporâneo surge em meados da década de 1970 com a criação do teatro negro, em São Paulo, no Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), o Grupo Palmares do Rio Grande do Sul (a primeira entidade a inserir a reflexão e a importância do Vinte de Novembro e de Zumbi dos Palmares) e os bailes de *soul music* no Renascença Clube, lugar privilegiado para as articulações do movimento negro no Rio de Janeiro. Em 1974, realizaram-se, entre os meses de maio e de junho, no Museu de Arte Moderna (MAM), as “Semanas Afro-Brasileiras”, promovidas pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos e pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB, de Salvador) (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 33). Em 1975, começam os debates universitários promovidos pelo Grupo de Trabalho André Rebouças, reunindo, na Universidade Federal Fluminense, professores e pesquisadores para falar da “questão negra”, orientados e liderados, desde 1972, por Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) (Viana, 2006, p. 64).

Muitas pessoas que participaram das Semanas Afro-Brasileiras começaram a ter como ponto de referência o Centro de Estudos Afro-Asiáticos,⁴ onde havia debates enfocando “atos de discriminações” e o “período pré-colonial na África”. Os sábados eram dedicados a “discutir os textos, na base da dinâmica de grupos” e nos domingos à noite iam para o Renascença Club. É também nesse contexto que temos as primeiras

3 Referimo-nos a Oswaldo Sargentelli (1924-2002), radialista, apresentador de TV e empresário de shows.

4 Centro de Estudos da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro.



informações sobre a ação política de mulheres negras no Rio de Janeiro (Gonzalez, 1994, p. 178), no histórico encontro de mulheres,⁵ para celebrar, em 1975, o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informações da ONU e realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), “de onde saiu o Centro da Mulher Brasileira” (CMB),⁶ cujas propostas eram constituir grupos de reflexão, dar visibilidade à “questão feminina” e “combater” o seu papel subalterno na sociedade brasileira (Viana, 2006, p. 211). Já nesse encontro “jovens e valentes mulheres negras” divulgaram um documento, resultado de suas reflexões, no qual denunciavam que, desde a “herança cruel” da escravidão, no continente americano, o destino da mulher negra era ser “objeto de produção ou de reprodução sexual”. E para elas, segundo Lélia:

O fruto dessa covarde procriação [dos colonizadores] é que agora é aclamado como o único produto nacional que não pode se exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste “produto” é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante sujo e desrespeitoso (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 36).

Segundo a narrativa das mulheres negras, foi o período em que elas começaram a se reunir separadamente para discutir suas temáticas específicas “para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutiam os problemas comuns”. Apesar, segundo Lélia, de haver solidariedade e entendimento por parte dos homens, especialmente dos “mais jovens [que] cresceram junto com suas irmãs de luta”, existia também negros de uma “geração mais velha”, detentores de um tipo de “moralismo calvinista e machista”, que, na opinião de Lélia, se “sentiam ameaçados pela capacidade e sensibilidade das companheiras mais brilhantes”. Lélia considerava as “mulheres negras cariocas” as pioneiras nesse debate (*Idem, ibidem*, p. 37). Todavia, em razão dos caminhos seguidos por “diferentes tendências”, esse “grupo pioneiro” se desfez e “suas componentes continuaram a atuar, então, nas diferentes organizações que criaram” (Gonzalez, 1994, p. 179).

Essas mulheres participavam das ações políticas denunciando a situação de subordinação em que viviam historicamente. No entanto, a palavra de ordem era a não-“divisão” frente ao “inimigo maior”: o mito da democracia racial brasileira. Uma tática política defendida principalmente pelos setores marxistas do e no movimento que tinha a luta de classes, em articulação com a raça, como a prioridade. Por princípio e convicção política, Lélia compartilhava dessa perspectiva; isso, porém, não quer dizer que a condição da mulher negra estivesse fora do debate, ao contrário, por estar em permanente discussão é que, no final da década de 1970, foi um divisor político no movimento negro, isto é, a autonomia política das mulheres negras (Viana, 2006, p. 82).

5 Organizadoras: Mariska Ribeiro, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darci de Oliveira, Elice Muneratto, Kati Almeida Braga, Branca Moreira Alves, Leila Linhares e outras.

6 Fundadoras: Branca Moreira Alves, Moema Toscano, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Fanny Taback e Maria do Espírito Santo/ Santinha (Cf. SCHUMA e BRASIL, 2003, p. 89).



Feminismo Negro

Em 1979, as mulheres associadas ao Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, apresentaram uma proposta de “reunir mulheres que participavam ou tinham participado de várias entidades”, tais como “organizações negras, das organizações de mulheres ou de outras organizações democráticas e progressistas”, não para formar “mais um grupinho”, e sim discutir uma “contra-ideologia” de combate ao racismo e o sexismo. Assim, conceberam o Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (Remunea), (Viana, 2006, p. 213) denominado por Lélia de “Grupão” (Gonzalez, 1994, p. 179).⁷ Nessa época, as mulheres no Movimento Negro Unificado (MNU) já tinham formado os seus Centros de Luta *Maria Felipa e Luiza Mahin*,⁸ e também, no interior do movimento feminista e no CMB outras mulheres negras discutiam a temática. Essas já aventavam a hipótese de atuarem autonomamente. No entanto, a militância política das mulheres no movimento negro era menosprezada, pois eram consideradas “omissas”, “desorganizadas” ou “desinteressadas” (Viana, 2006, p. 83).

Sua resposta foi buscar formas organizativas no interior de suas entidades, sem a participação dos homens. A disputa, porém, se acirrou. A forma desrespeitosa como era tratado o Remunea ocasionou dois “rachas” na proposta inicial: no primeiro, as mulheres, especialmente as que militavam em outras organizações, passaram a se reunir nas residências e lançaram uma Carta de Princípios; num segundo momento, criaram o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN),⁹ em 1982, que promoveu o 1º Encontro de Mulheres Negras, realizado no Instituto Bennet (Viana, 2006, p. 83). Mas, segundo Lélia, esses grupos foram “reabsorvidos” pelo movimento negro, apesar de “todas” continuarem o trabalho no “interior das organizações mistas”, isto é, as entidades às quais pertenciam, como “André Rebouças, IPCN, Sinba, MNU etc.” (Gonzalez, 1994, p. 179). Uma outra questão era a cumplicidade do militante negro com a opressão sexual e a reprodução do papel subalterno da mulher negra na sociedade. As mulheres negras eram “vistas como ‘quentes’ ou ‘fáceis’ sexualmente” (Lemos, 1997, p. 73) ou/e isoladas nos departamentos femininos (Viana, 2006, p. 83). Em *Feminismo Negro em Construção – a organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro*, Rosalia Lemos registra a experiência e as escolhas de algumas dessas mulheres.¹⁰

Para Lélia, essa exclusão das decisões e as delegações de “tarefas mais ‘femininas’” ocorria em função do movimento “reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo” (Gonzalez, 1994, p. 179), e esse articulado com o racismo fazia da mulher negra “o setor

7 A motivação dessa iniciativa foi sugerida pela atriz Léia Garcia, a partir da resposta de Suzete Paiva ao *Jornal Sinba* acerca de um artigo “A omissão da mulher negra”. Contou na sua organização com a participação de: Pedrina de Deus, Estela, Dona Shirley e Oir e, também, Azoilda, Cecília, entre outras.

8 Esse último era o grupo que Lélia participava juntamente com Zezé Motta.

9 Adélia Azevedo dos Santos, Abgail Paschoa, Mary Isabel e Joselina Silva/Jô, Aglaete Nunes, Walquiria Carvalho e outras.

10 Jurema Batista, Jurema Werneck, Sandra Bello, Suzete Paiva e Vânia Sant’Anna.



mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira” (*Idem, ibidem*, p. 181). No entanto, para Lélia, “apesar de todos os ‘pegas’”, as “nossas relações”, isto é, homem negro e mulher negra, se dariam em um “plano mais igualitário, cujas raízes” proviriam de um “mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum”, ou seja, a África e a escravidão (*Idem, ibidem*, p. 179). Enfim, o Remuneia, apesar do “seu breve capítulo na organização do movimento de mulheres no Rio de Janeiro”, criou, segundo Rosália Lemos, condições para plantar “sementes” (Lemos, 1997, p. 73) que trouxeram sérias consequências políticas nas trajetórias de várias mulheres negras e especialmente na de Lélia Gonzalez (Viana, 2006).

Elas se assumem como mulheres guerreiras e têm no Brasil um símbolo: Dandara, a companheira de Zumbi dos Palmares, foi fundamental no “resgate das histórias das lutas negras da participação da mulher negra” e se constitui, ainda, segundo Marco Cardoso, uma “referência positiva” para os negros, ou seja, homens e mulheres (Cardoso, 2002, p. 81). Mais adiante falaremos um pouco mais sobre esse poder feminino.

Uma parcela expressiva dessas mulheres, que criaram o primeiro grupo feminista negro, contava com Lélia como referência. Ela já tinha publicações sobre a temática, era feminista, entretanto ela própria admitia, era percebida como uma “criadora de caso” no movimento feminista e suas ideias tinham como fonte a cosmovisão africana e sua diáspora.

Vale ressaltar que o processo de redemocratização brasileira trouxe eleições livres, em 1982, novos sujeitos se apresentavam (ou disputavam um pedaço do poder), principalmente, aqueles oriundos do movimento social de negros, de mulheres, de homossexuais, de trabalhadores e de comunidades de bairros (do Centro, da Zona Norte, da Zona Sul, do interior), das favelas e das periferias (Baixada ou/e Grande Rio), bem como artistas e intelectuais. Esse era o perfil dos que estiveram presentes na Campanha de Lélia Gonzalez a deputada federal. Para ela, foi um cenário que possibilitou uma oportunidade histórica para o movimento negro, porque, entre outros, promoveu o encontro do Movimento Negro com o Movimento de Favelas, atraiu setores marginalizados do processo político-partidário, fazendo com que algumas das reivindicações dos movimentos sociais fizessem parte dos programas dos partidos de oposição que se preocuparam em lançar candidatos populares. E foi nesse contexto que surgiram candidaturas originárias do Movimento Negro e do Movimento Feminista. A partir desta experiência, a própria Lélia subiu os morros cariocas e conheceu mais profundamente a periferia (Viana, 2006).

Assim é que no ano seguinte, em 1983, na Associação do Morro do Cabrito no Rio de Janeiro foi fundado o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras.¹¹ O nome foi sugestão de Lélia, sua primeira coordenadora, fruto de suas pesquisas sobre a história das mulheres africanas e o poder por elas exercido para lutar “contra todas as formas de violência”, ou seja, o sexismo e o racismo (Glasgow, 1982). Seu objetivo, conforme Lélia, era “trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das trabalhadoras negras)” (Gonzalez, 1994, p.

11 São suas fundadoras e principais participantes: Geralda Almeida Campos, Ana Garcia, Lélia Gonzalez, Sonia C. da Silva, Sandra Helena Bernadete Veiga de Souza, Victoria Mary dos Santos, Helena Maria de Souza, Jane Thomé, Jurema Batista, Miramar Costa Corrêa, Rosalia Lemos, Ivonete, Cláudia Maria Silva Pinto, Elizabeth Viana, entre outras.



181). Mas também visava, segundo Rosália Lemos, “integrar a discussão de gênero e raça”, bem como articular as “ações de mulheres negras pobres e de classe média” (Lemos, 1997, p. 74) e a inclusão das últimas. Mas, por “não aprofundar”, segundo Raquel Barreto, a “discussão de classe, foi acusado” de “elitista” (Barreto, 2005, p. 56).

Mas consideramos que o Nzinga buscava o exercício do poder, como sintetiza a fala de Jurema Batista, “uma briga por espaço” (Lemos, 1997, p. 75), quer seja com o movimento negro quer seja com o movimento feminista, e foi, sobretudo, pensado como um instrumento contra a tripla opressão sobre a mulher negra (Viana, 2006, p. 111). Para Lélia:

A escolha do nome Nzinga tem a ver com nossa preocupação de resgatar um passado histórico recalcado por uma “História” que só fala dos nossos opressores. E a famosa rainha Jinga (Nzinga) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola. E o pássaro que usamos como símbolo tem a ver com a tradição nagô, segundo a qual a ancestralidade feminina é representada por pássaros. E nossas cores têm a ver, o amarelo de Oxum, e o roxo com o movimento internacional de mulheres (Gonzalez, 1994, p. 182).

O Nzinga, assumidamente feminista (Roland, 2000, p. 240), exigiu de suas componentes uma dinâmica inovadora que, além de articular as questões de sexo, de raça e de classe, tentasse garantir também as individualidades, as aptidões e as histórias de vida de cada integrante. Outra particularidade importante foi a abrangência de suas ações, não restritas ao estado do Rio de Janeiro (Viana, 2006, p. 112). Como alvo da tripla discriminação existente na sociedade brasileira, a mulher negra enfrentava a opressão de raça e de classe por parte da mulher branca, que, segundo Lélia, foi e era beneficiária do racismo brasileiro, por reproduzir as relações de opressões sobre a primeira. Entretanto, o movimento feminista, nesta época e agora como vimos no testemunho de Gláucia Mattos, não conseguia incorporar também em seu discurso a dimensão de raça (e de classe), além de que estava, como afirma Sueli Carneiro, “prisioneiro” de uma “visão eurocêntrica” e “universalizante das mulheres” (Carneiro, 2004, p. 308). Essa perspectiva não só invisibilizava a história das mulheres negras como relegava a um segundo plano suas especificidades. É por isso que as “Lélias” e as “Gláucias” da vida continuam “criando caso”.

Essa observação de Sueli Carneiro não só lança luz ao que Gláucia considerou falta de “solidariedade” e certa “dificuldade do entendimento e compreensão à fala das mulheres negras”, mas também não podemos nos silenciar à crítica que Lélia fez ao/no I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), realizado em 1988, no Rio de Janeiro. Para ela, em alguns aspectos, era uma reprodução do “feminismo branco-ocidental”, ao limitar a relação entre homens e mulheres como uma relação de “macho opressor *versus* fêmea oprimida”, que, para ela, não passava de um “feminismo sexista” (Barreto, 2005, p. 58; Bairros, 1996, p. 364).

Para superar algumas contradições, Lélia entendia que uma organização autônoma de mulheres negras deveria ter como referência as lutas das mulheres africanas e amefricanas, como Nanny, que estaria “para Jamaica assim como Zumbi para o Brasil”. As lendas ou narrativas acerca de Nanny – além da sua capacidade de guerrear – demonstraram, para ela, simbolicamente, que a mulher, ou seja, a mulher negra: a) “assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade”, mesmo em condições adversas; b) possui uma “perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas, inesperadas para o inimigo”, cuja fonte está no saber do próprio grupo; e c) e possuiria “uma radicalidade”. Na comparação entre Nanny e Zumbi feita por ela, poderíamos traçar uma analogia com o segundo, como destacou Luiza Bairros, sobre as constantes referências a Zumbi nos escritos de Lélia, não como uma “alusão a um passado longínquo”, mas uma “atualização das demandas do povo negro hoje”. As narrativas acerca de Nanny, segundo a própria Lélia, remeteriam à “importância das mulheres na luta das comunidades amefricanas ontem e hoje” (Gonzalez, 1988). Raquel Barreto, em *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*, um estudo comparativo entre a trajetória de Lélia com a também intelectual negra e ativista norte-americana Angela Davis, chama-nos atenção ao fato de que esse é um discurso “preocupante”, que teria um “olhar para trás em busca de algo que passou” e um suposto poder compartilhado pelas mulheres africanas. Mas para Barreto, concretamente, o que teríamos “em termos de Brasil é a importância e o poder das mulheres dentro das religiões de matriz africana e também nas resistências cotidianas”. Não obstante, ressalva que “não necessariamente significou mudanças progressistas para as mulheres negras”. Ai sim, em sua opinião, Lélia (e Angela Davis, nos EUA), com suas críticas, colocou “um desafio transformador”, ou seja, desenvolver “um projeto de transformação social” no qual estariam os três níveis de desigualdades: “classe, gênero e raça” (Barreto, 2005, p. 59).

Na relação de gênero, porém, ele, o homem negro, segundo Lélia, torna-se o “rei da cocada preta”, e ela, a mulher negra, “fica jogada pra escanteio”. É essa, para ela, a origem do ressentimento. É uma “verdade”, segundo Lélia, que não dá mais para esconder, atingindo até mesmo “algumas lideranças do Movimento Negro” e deveríamos vê-la como uma “forma de reprodução do esquema racial”. E “até o momento” as respostas encontradas para essa questão de “parte a parte”, ou seja, do movimento negro e do movimento de mulheres, não eram, na sua avaliação, “satisfatórias”, só restando então uma luta de poder, ou melhor, uma “luta interna”. Dessa forma, no interior do movimento, “nós mulheres” constatamos que “a coisa” adquiriu tal dimensão, que muitas vezes “nos leva a assumir as mesmas posturas” do “feminismo branco, ocidental judaicocristão”, fazendo com que seja reproduzido mecanicamente. Assim, no feminismo que Lélia tentava propor não bastaria “a gente se olhar enquanto mulher negra”, na medida em que considerava que o “fundamental é não perder de vista a relação homem negro/mulher negra” (Viana, 2006, p. 112). Observamos, então, que caberia ou cabe também ao homem negro enfrentar esse desafio, isto é, transformar as relações de classe, de gênero e de raça.

A título de conclusão destaque, de Lélia de Almeida Gonzalez, o artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, que foi apresentado na Anpocs, em 1980, e publicado, em 1983, com grande repercussão. Nesse texto,



há uma intenção não manifesta totalmente por Lélia de aprofundar uma epistemologia para entender a sociedade brasileira. Nesse sentido – só para pontuar –, é profundamente revelador acompanhar sua elaboração sobre as noções de mulata, doméstica e mãe-preta (Gonzalez, 1983). É então destacado que o conhecimento produzido por nossas ciências sociais mantinha “um resto” que desafiava suas explicações e isso incomodava a Lélia (Gonzalez, 2005, p. 225) e deve continuar, no cenário atual, a nos incomodar também. É por isso, que, por fim, gostaria de frisar que a nossa principal tarefa, como pesquisadores negros e pesquisadoras negras, é romper o privilégio (Ramos, 1995, p. 202) que vários setores brasileiros têm gozado – intelectuais, políticos, econômicos, culturais –, na tentativa infrutífera, segundo Lélia, de se verem (também) como uma nação africanizada (Gonzalez, 1983, p. 236), que não concluiu, ou melhor, impediu e impede a emancipação dos povos não-brancos (Viana, 2006, p. 189). Mas nós estamos aqui para isso.

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal – Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.
- ALMEIDA, Hermógenes, *Orikís – canções de rebeldia, poemas de paixão*, Rio de Janeiro: Grafiine, 1988.
- ALMEIDA, Hermógenes (poemas) e ROCHA, Everaldo (gravuras). *Ícone da Sedução – Poemas&Gravuras*. Rio de Janeiro: BANGRAF, 1993.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Salvador/BA, *Afro-Ásia n° 23*. UFBA. 2000.
- BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona, Dissertação de Mestrado (História Social da Cultura), Departamento de História da PUC - Rio, Rio de Janeiro: 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed., FERREIRA, Marieta de e AMADO, Janaína (org.), Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1988*, Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: *História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. MUNANGA, Kabengele (org), v. 1, Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. v. 1, 5ª ed, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, (Coleção História do Povo Brasileiro).
- COSTA, Teresa Cristina N. Araújo. *Caminhando contra o vento – notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez*, Ano 1, nº 3, Rio de Janeiro: Comunicações ISER, 1982.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscara Brancas*. Rio de Janeiro: Livraria Fator, 1983.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4, Org: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de A. Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Insurreições Negras e Sociedade Brasileira. In: MOTA, Roberto (org.). *Os afro-brasileiros – Anais do III Congresso Afro-Brasileiro*. Recife: Editora Massangana, 1985 (Série Cursos e Conferências).
- GOMES, Flávio dos Santos. Em Torno da Herança: do Escravo - Coisa ao Negro - Massa (a escravidão nos estudos de relações raciais no Brasil). In: *Idéias de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa*. MAIO,



Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia Pinto (orgs.). Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

_____. *Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UFP, 2003.

_____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Flávio e VIANA, Elizabeth. Personagens, História Intelectual e relações raciais no Brasil: Notas sobre pesquisas biográficas. In: *De Preto a Afro Descendente: Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

GONZALEZ, Lélia. *O papel da mulher na sociedade brasileira*. Apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, Los Angeles, Center for Afro-American Studies:UCLA, 1979. (mimeo).

_____. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edição Revista Tempo Brasileiro, 92/93 janeiro – junho, 1988.

_____. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (Uma abordagem político-econômica). In: MADEL, Luz. (org.). *O lugar da Mulher* (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)”. Rio de Janeiro: Graal, V.1, 1982, (Coleção Tendências).

_____. A Questão Negra no Brasil. *Cadernos Trabalhistas*. Rio de Janeiro: Global, 1981

_____. *Festas Populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Índex Ltda., 1987.

_____. Nanny: Pilar da Amefricanidade. *Revista Humanidades*. Brasília: UnB, nº 17, 1988.

_____. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, L. A. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, Cap. 3, 1983. (Ciências Sociais Hoje, 2)

_____. *Mulher Negra*. In: 1695 – 1995 - 300 anos de Zumbi: Falas e Escrituras. Brasília: Informes de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, (Coleção 2 Pontos).

GLASGOW, Roy Arthur. *NZINGA: Resistência Africana à Investida do Colonialismo Português em Angola (1582 -1663)*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRIN, Mônica. Rigor Sociológico e Estudos sobre Negros: uma contribuição de L. A. Costa Pinto. In: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia Pinto (orgs.). *Idéias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

GUIMARÃES, Sérgio Alfredo. “Raça”, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 27, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder. – Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Ed. UERJ. 2001.

JOAQUIM, Maria Saete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro: Educ, 2001.

LEITE, José Correia. *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimento e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEMOES, Rosalia de Oliveira. *Feminismo negro em construção: a organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia da UFRJ, 1997.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias e NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997.

In: GUIMARÃES, Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 6 e 7. Rio de Janeiro: Edição Cadernos Cândido Mendes, nº 6-7, 1982.

PEREIRA, Carlos Alberto M. e HOLANDA, Heloisa Buarque. *Patrulhas Ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, FGV, 1989.



- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1995.
- RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. *Estudos Feministas*, v.7, n. 1-2, Florianópolis, UFCS, 1999.
- ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras; desafio e perspectivas. In: GUIMARÃES, Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs). *Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.
- SAID, Edward W. *Representação do Intelectual: as conferências Reith 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A Invenção do Ser Negro: um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Ed. Pallas. 2002.
- _____. *Mulher negra homem branco: um breve estudo sobre feminino negro*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2004.
- SANTOS, Paulo Roberto dos. *Instituições Afro-Brasileiras*, v. I, Rio de Janeiro:UCAM, s/d.
- SCHUMA, Schumacher e BRASIL, Érico Vital. *O feminismo no palco da história: a contribuição das mulheres fluminenses*. Rio de Janeiro: REDEH, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Marli Pereira, ROCHA, Maria Alice, MORAES, Maria Teresa. *Marli Mulher – “Tenho Pavor de Barata, de Polícia Não”*. Rio de Janeiro: Ed. Avenir, Coleção Avenir Mulher, 1981.
- SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SUNDIATA, Ibrahim. Repensando o africanismo da Diáspora. In: MUNANGA, Kabengele (org). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Estação Ciência).
- TELLES, Edward Eric. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. *A Construção da Cidadania Feminina Brasileira*. Brasília: UnB, 1986.
- VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 -1990*. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Departamento de História, CFCH/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.